



Anais da Assembléia

N.º 118

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE OUTUBRO DE 1982

ANO VIII

RESOLUÇÃO:

RESOLUÇÃO N.º 17/82

Túlio Zanchet, Valduga, Valtér Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes.(58).

DATA: 16 de Setembro de 1982.

SÚMULA: Aprova as Contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1981. (Ex-Proposição nº 42/82).

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Artigo único. São aprovadas as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, referente ao exercício financeiro de 1981.

Palácio "XIX de Dezembro", em 16/09/82

JOÃO MANSUR

PRESIDENTE

RESOLUÇÃO N.º 30/82

DATA: 30 de Setembro de 1982

SÚMULA: Aprova prestação de Contas do Departamento de Finanças da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, referente ao exercício financeiro de 1979. (Ex-Proposição nº 03/80).

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Artigo único. São aprovadas as contas do Departamento de Finanças da Assembléia Legislativa, referentes ao exercício financeiro de 1979.

Palácio "XIX de Dezembro", em 30/09/82

JOÃO MANSUR

Presidente

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 1982

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Tércio Albuquerque e Erondy Silvério.

Às 10,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nadi, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Traiano Bactos

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa da votação da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 128/82, de autoria do Poder Executivo, hoje em 3a. Discussão.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1982.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja aprovado um voto de pesar pelo falecimento do Motorista adido neste Poder, Sr. Lírio Tonetti, em data de ontem.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1982.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de louvor à Associação Comercial e Industrial de Pato Branco.

Pato Branco é considerada, sem dúvida, a verdadeira capital da Região Sudoeste do Estado do Paraná e a Associação Comercial e Industrial de Pato Branco tem produzido, nesses últimos anos, uma série de obras e documentos em favor da comunidade patobranquense e, principalmente em favor do empresário, ocasionando um rápido desenvolvimento econômico, comercial e industrial naquela cidade.

Peço, outrossim, que sejam enviadas cópias do presente às seguintes pessoas: Presidente - Sr. João Ambrósio Alves, Vices-Presidentes - Sr. Honorato Brugnara, Sr. Antoninho Cattani e Sr. Olívio Schioquetta, Secretários: Sr. Victório Salvador, Sr. Alfeu Slonfki, Tesoureiros: Sr. Clóvis Alves de Oliveira, Sr. Dinor da Rocha; Conselho Fiscal Efetivo: Sr. Aires Afonso Forcelin, Sr. Cláudio Sidailski, Sr. Evaldo D'Ígna, Suplentes do Conselho Fiscal: Sr. Moacir D. Bortolli Jr., Sr. Anélio Jaime da Veiga, Sr. Walter Schioquetta.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando a criação da Secretaria de Estado do Turismo, conforme adiante justifica:

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1982.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE.

JUSTIFICATIVA:

Ao longo desses últimos 4 (quatro) anos, temos buscado dignificar o mandato que nos foi outorgado por uma das regiões mais importantes do nosso Estado: o Oeste do Paraná; temos a consciência absolutamente tranqüila, por entendermos que o nosso esforço não tem sido em vão, já que obtivemos grandes vitórias em nossa permanente luta pela causa pública, mediante a apresentação de propostas e projetos de inegável interesse para determinados segmentos de nossa economia.

Entre estes, podemos enfatizar o início de negociações com a EMBRATUR, em 1980, quando o Prof. Miguel Colasuonno, após nosso pronunciamento nesta Casa, decidiu visitar oficialmente nosso Estado, em fevereiro de 1981, ocasião em que foram definidos detalhes da implantação de um Centro de Eventos em Foz do Iguaçu e de um Centro de Cultura e Turismo em nossa Capital.

Não seria ocioso enfatizar, por outro lado, que essa nossa preocupação com o desenvolvimento do Turismo em nosso Estado remonta há mais de uma década, já que, antes de ocuparmos este honroso cargo de Deputado Estadual, tivemos a oportunidade de havermos sido eleito Vereador e ocupado o cargo de Prefeito em exercício do Município de Foz do Iguaçu; posteriormente, então, tivemos a satisfação de, na condição de membro desta Casa, termos presidido a Comissão de Turismo e ocupado a Vice-Presidência desta Assembléia Legislativa.

Acreditamos ser indispensável, enfatizar esses aspectos de nossa vida pública, para que a proposta ora colocada em julgamento dos Senhores Deputados venha a ter o respaldo da confiabilidade que nosso trabalho tem o direito de exigir.

Trata-se, Srs. Deputados, de uma preocupação alicerçada no conhecimento prático dos problemas que envolvem o Turismo em nosso Estado; ninguém pode ignorar, assim, que o impulso maior dado ao setor, em nosso Estado, teve início por ocasião da criação da PARANATUR, em 1969 e que, desde aquela época, vem ditando a política de Turismo do Paraná, com inegável margem de acertos, especialmente durante esta última Diretoria, sob o comando de Ernesto Valente Gubert, Wilson Portes e Celso Figueiredo Freire.

Entretanto, Srs. Deputados, estamos convencidos que a importância desta área merece uma atenção toda especial dos poderes constituídos, já que nosso Estado vem se destacando no cenário nacional como um dos mais promissores na área turística, não só pelas belezas naturais representadas pelas Cataratas do Iguaçu e Vila Velha, entre outras, como pela diversidade de aspectos capazes de atrair turistas de todas as partes do mundo e do próprio País.

O Estado do Paraná conta com uma completa infra-estrutura para atender à demanda turística nacional e internacional, que vai desde o Porto de Paranaguá ao Lago de Itaipu, com estradas asfaltadas, aeroportos, agências de viagens, restaurantes e hotéis.

Nesse particular, o Paraná é o terceiro Estado em número de hotéis classificados, 145 ao todo, dos quais 52 hotéis nas categorias de 3 a 5 estrelas, de acordo com rigorosos padrões de classificação internacional adotados pela EMBRATUR, contemplando o eixo LITORAL/FOZ e NORTE DO PARANÁ/FOZ.

Estes dados, somente quanto ao ramo da hotelaria, representam, em termos globais, 20.000 leitos à disposição, o

que vem gerar o expressivo número de empregos diretos da ordem de 15.000, e numa projeção para os empregos indiretos teremos mais de 50.000 pessoas empregadas.

Desta forma, Srs. Deputados, a criação da Secretaria do Turismo dotará o setor de um instrumental mais adequado ao seu integral desenvolvimento de suas características próprias, que perfeitamente justificam o presente requerimento.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER o envio de um pedido de informações ao Dr. Ivo Arzua, Superintendente do Instituto de Previdência do Estado - IPE, solicitando as seguintes informações:

1). Qual o resultado da tomada de preço realizada no dia 20 de agosto último, segundo o edital 12/82?

2) Por qual motivo foi realizada, posteriormente, nova tomada de preços (edital 13/82) com a mesma finalidade da anterior?

3). Qual o resultado desta segunda tomada de preços realizada pelo IPE?

4). Qual o nome da empresa que atualmente executa os serviços de Segurança e Vigilância do Instituto, bem como quem são seus proprietários?

5). Quais os integrantes da Comissão de Licitação das referidas tomadas de preço?

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1982.

(a) MÁRIO CELSO.

JUSTIFICATIVA:

Recebemos denúncias a respeito da realização de uma segunda tomada de preços para a mesma finalidade, quando uma primeira já havia sido realizada e apontado como vencedora a Empresa Brasileira de Vigilância Limitada, já que a firma foi a que apresentou menor custo operacional e financeiro para o órgão. Curiosamente, na segunda tomada de preços foi incluído um item que visou, unicamente, excluir da participação da mesma da EBV. E a firma vencedora acabou sendo a mesma que presta serviços hoje para o IPE, cobrando preços bem mais elevados. Acreditamos que há necessidade de que a Superintendência Regional esclareça a este Poder o porquê da realização de duas tomadas de preços com a mesma finalidade.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 136/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Arquidiocese de Curitiba, o terreno medindo a área superficial de 15.000,00 metros quadrados (quinze mil metros quadrados), remanescente do imóvel de área maior, situado no quarteirão denominado Nossa Senhora do Pilar, zona limítrofe ao perímetro urbano da cidade de Campo Largo, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme matrícula R-3-1.341, do Livro n.º 02, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Campo Largo.

Parágrafo único. A área objeto da doação de que trata este artigo, somente poderá ser utilizada para a construção da Capela Nossa Senhora da Piedade de Campo Largo, Centro Social e bosque para festas.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação prevista nesta lei, fica gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade que constarão da escritura.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1982.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por finalidade atender a população de Campo Largo, que está a solicitar que o imóvel do Estado, atualmente sem utilização, venha a se tornar um centro social e religioso, que atenderá a toda comunidade local.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, a Mesa consulta às Lideranças dos Partidos, se desejam fazer uso do horário que lhes é reservado. (Declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 58/80, que alterando os cargos de provimento em Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder Legislativo pertencentes à Simbologia Geral "DAS-5", passam a pertencer à Simbologia "DAS-4". — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 120/82, que dá nova redação a dispositivos da Lei n.º 5767, com as providências que especifica (Lei n.º 7567, de 08/01/82 - Cria Carteira de Previdência Complementar dos Servidores do Poder Judiciário) — **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 131/82), que altera o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica. **COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.** —

Em votação Emendas n.ºs 01 e 02. — **Aprovadas.**

Em votação o Projeto. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/82, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que concede pensão de que trata a Lei n.º 7568/82, conforme especifica. (Pensão de viúva de Parlamentar). **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 23, de 12/04/82).

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 112/82, de autoria do Deputado EZEQUIAS LOSSO, que declara de utilidade pública a Entidade denominada "COLABORADORES DO BRASIL ou MISSÃO CO-LAB", com sede e foro em Xambrê. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 90, de 31/08/82).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 112/82

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Ezequias Losso, o presente plano de lei objetiva declarar de utilidade pública a entidade denominada Colaboradores do Brasil ou Missão Co-LAB, com sede em Xambrê, neste Estado.

O processo preenche os requisitos e formalidades regimentais e legais, estando assim em condições de prosseguir sua tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos de opinião favorável à aprovação do projeto.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
ADALBERTO DAROS — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 116/82, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE AMIGOS DA ILHA DO MEL, com sede na Praia da Enseada da Fortaleza na Ilha do Mel e foro em Paranaguá. Com parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.** (Publicado no D.A. n.º 94, de 14/09/82).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 116/82

O eminente Deputado GABRIEL SAMPAIO, com o presente Plano de Lei de sua autoria, visa declarar de utilidade pública a SOCIEDADE AMIGOS DA ILHA DO MEL, com sede na Praia da Enseada da Fortaleza, na Ilha do Mel, e foro em Paranaguá.

Contando com mais de um ano de efetivo funcionamento, a sociedade em questão, que não remunera sua diretoria nem distribui lucros ou dividendos sob qualquer pretexto, atende, neste processo, todos os requisitos legais e formalidades regimentais, estando dessa forma em condições de prosseguir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 117/82, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 115/82), que dispõe sobre a concessão anual de auxílio ao Instituto Histórico e Etnográfico Paranaense, na Lei de Meios, na importância de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), com as providências que especifica. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 117/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A .

Art. 1.º — Para concessão de auxílio ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, a Lei de Meios consignará, anualmente, importância não inferior a Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Parágrafo único — O valor mínimo previsto neste artigo será reajustado de acordo com o coeficiente de atualização monetária de que trata o art. 2.º da Lei Federal n.º 6.205, de 28 de abril de 1975.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

(a) PODER EXECUTIVO

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/82, (Mensagem n.º 56/82, ex-Proposição n.º 47/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, e os Municípios citados com a interveniência de órgão que especifica, objetivando execução de obras de pavimentação de vias utilizadas pelos transportes públicos em áreas onde residem populações de baixa renda. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 49/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 10 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e os Municípios de Colombo (n.º 15/82), Mandirituba (n.º 16/82), Ponta Grossa (n.º 17/82), Cascavel (n.º 18/82), Foz do Iguaçu (n.º 19/82), Londrina (n.º 20/82), Maringá (n.º 21/82), Piraquara (n.º 22/82), Paranavaí (n.º 23/82), Quatro Barras (n.º 24/82), Rio Branco do Sul (n.º 25/82), São José dos Pinhais (n.º 26/82), Almirante Tamandaré (n.º 27/82), Araucária (n.º 28/82), Apucarana (n.º 29/82), Campina Grande do Sul (n.º 30/82), Campo Largo (n.º 31/82), e Umuarama (n.º 32/82), com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, objetivando a execução de obras de pavimentação de vias utilizadas pelos transportes públicos em áreas onde residem populações de baixa renda.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer à Proposição n.º 47/82

Oriunda de Mensagem Governamental a presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a convênio celebrado entre o Governo do Estado e Município que enumera, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" deste Poder Legislativo. (Art. 47 — inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o convênio celebrado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é favorável a sua ratificação, de acordo com o Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
GABRIEL SAMPAIO — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50/82, (Mensagem n.º 60/82, ex-Proposição n.º 48/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 15/81, e seu termo aditivo n.º 1/82, celebrados entre o Estado do Paraná e órgão citado e o Município de Ponta Grossa, visando aplicação de recursos nas obras no Aeroporto de Sant'Anna. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 50/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 15/81, de 30 de dezembro de 1981 e seu termo aditivo n.º 1/82, datado de 14 de abril de 1982, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Ponta Grossa, objetivando aplicação de recursos nas obras de capeamento asfáltico e demais serviços complementares, no Aeroporto de Sant'Anna.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
WERNER WANDERER — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer à Proposição n.º 48/82

Oriunda de Mensagem Governamental a presente Proposição tem por objetivo o referendo desta Casa a convênio celebrado entre o Governo do Estado e Município que enumera, com interveniência de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" deste Poder Legislativo. (Art. 47 — inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o convênio celebrado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é favorável a sua ratificação, de acordo com o Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/82, (Mensagem n.º 59/82, ex-Proposição n.º 49/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, objetivando prorrogar por (2) dois meses, contados de 1.º de março de 1982, os termos do convênio original. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 51/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo aditivo datado de 1.º de março de 1982, ao convênio celebrado em 30 de abril de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT, objetivando prorrogar, por dois (2) meses, contados de 1.º de março de 1982, os termos do convênio original.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
WERNER WANDERER — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/82, (Mensagem n.º 61/82, ex-Proposição n.º 50/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio n.º 104.18/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica e a Federação Interamericana de Associações de Relações Públicas - FIARP, e outros órgãos, com a interveniência do Conselho de Comunicação Social do Governo do Paraná, que objetiva a união de esforços das entidades signatárias para apoiarem a constituição e manutenção do Centro Interamericano de Estudos Superiores de Relações públicas. — **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 52/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E :

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio n.º 104.18/82, celebrado em 30 de dezembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos e da Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná - FIDEPAR, com a Federação Interamericana de Associações de Relações Públicas - FIARP, a Universidade Federal do Paraná, a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura e com a interveniência do Conselho de Comunicação Social do Governo do Paraná, objetivando a união de esforços das entidades signatárias

para apoiarem a constituição e manutenção do Centro Interamericano de Estudos Superiores de Relações Públicas.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
WERNER WANDERER — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição n.º 50/82

Oriunda de Mensagem Governamental o presente projeto tem por objetivo o referendo desta Casa a Convênio celebrado entre o Governo do Estado e Município que enumera, com intervenção de órgãos e fins que especifica.

Nos termos constitucionais e legais, a competência para a celebração de convênios com a União, Estados e Municípios é privativa do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" deste Poder Legislativo. (Art. 47 — inciso IX da Constituição Estadual).

Analisando-se o convênio celebrado temos que o mesmo atende aos interesses do Estado, razão pela qual o nosso parecer é favorável a sua ratificação, de acordo com o Projeto de Resolução que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente
LINEU TURRA — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando dispensa da votação da Redação Final para o Projeto de Lei n.º 128/82. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Irineu Guvoni, ocorrido no Município de Imbituva. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Los-

so, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do motorista adido neste Poder, Sr. Lírio Tonetti. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 110/82. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Banda de Música da Polícia Militar do Estado, na pessoa de seu Comandante Geral Coronel Dirceu Ribas Correa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a criação da Secretaria de Estado do Turismo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Associação Comercial e Industrial de Pato Branco, que tem produzido, nesses últimos anos, uma série de obras e documentos em favor da comunidade patobranquense. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do IPE, consubstanciado em pedido de informações sobre tomada de preços e demais itens. — **Rejeitado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 03 de novembro, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 25, 26, 27, 31, 32, 33 e 35/82 e do Projeto de Lei n.º 81/82.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 38, 112, 116 e 117/82 e dos Projetos de Resolução n.ºs 49, 50, 51, 52/82.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 125/82.
Levanta-se a sessão.